



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

---

DIRECÇÃO-GERAL  
DOS  
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

**SESSÃO PLENÁRIA DA CONVENÇÃO EUROPEIA**  
**BRUXELAS, 3 E 4 DE ABRIL**

**TEMA: FINANÇAS DA UNIÃO - ARTIGOS 38º A 40º**

Intervenção do Representante Suplente do Governo, Manuel Lobo Antunes

Senhor Presidente

As propostas de emendas que apresentámos relativamente aos artigos 38º a 40º correspondem a observações preliminares. Parece-nos difícil tomar posições mais detalhadas sobre estes artigos sem os resultados do Círculo de Discussão sobre as questões orçamentais.

Assim:

1. Quanto aos Recursos da União (Artigo 38º), consideramos indispensável que o princípio da suficiência de meios seja consagrado no Tratado Constitucional. Propomos uma referência explícita a este princípio no artigo 38º, ou, em alternativa, a sua inclusão no Título I;

2. Propusemos a inclusão de um artigo adicional sobre o princípio da programação financeira plurianual. Este princípio deve ficar consagrado na Iª Parte, enquanto elemento fundamental das finanças da União e, em especial, enquanto instrumento de concretização da disciplina orçamental;

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

---

DIRECÇÃO-GERAL  
DOS  
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

- Em consequência, deve-se inscrever o procedimento de adopção da lei relativa à programação financeira plurianual: decisão do Conselho, reunido a nível de chefes de Estado ou de Governo, após consulta ao Parlamento Europeu. Esta proposta deve, porém, ser considerada num quadro de equilíbrio global, designadamente quanto ao reforço do papel do Parlamento Europeu no procedimento orçamental;

3. Quanto ao Processo orçamental da União (Artigo 40º), para além da conformidade do orçamento com as perspectivas financeiras plurianuais, julgamos fundamental que seja feita uma referência expressa ao dever da União de respeitar os seus compromissos face a terceiros;

- Finalmente, consideramos que a concertação interinstitucional deve ser mencionada, pelo papel que desempenha no domínio orçamental.